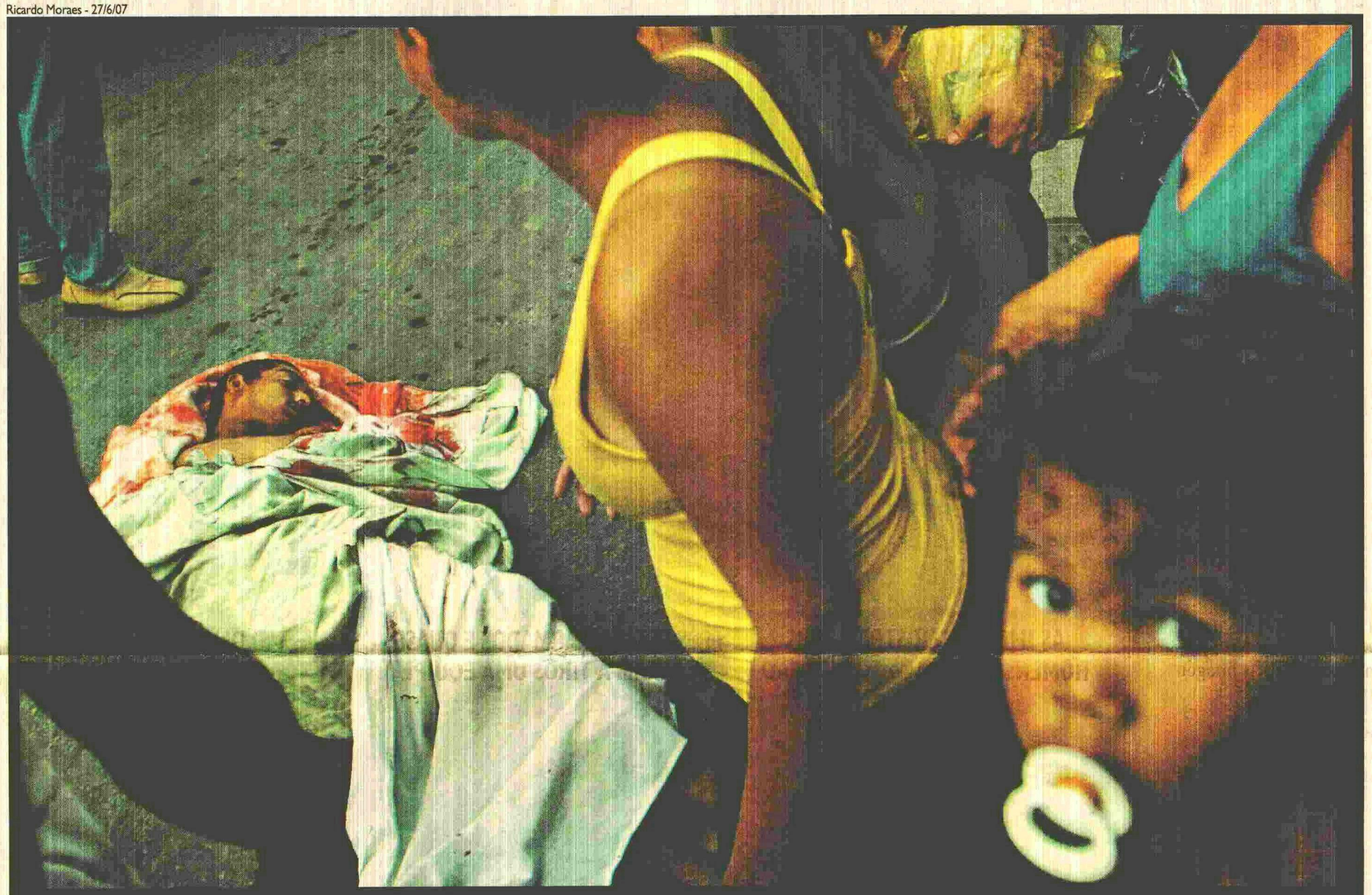
Motivo de vergonha

RENATA MARIZ
DA EQUIPE DO **CORREIO**

Ricardo Moraes - 27/6/07



A ocupação da Força Nacional no Alemão começou em 2 de maio. Resultou em **50 mortes e 76 feridos**, segundo balanço feito até a primeira quinzena de agosto. Embora boa parte da tropa tenha sido retirada, ainda há homens da Força nas favelas. Em 27 de junho, uma megaoperação das polícias Militar, Civil e da Força, reunindo cerca de **1.200 homens**, resultou na morte de **19 pessoas**, incluindo três adolescentes. Houve troca de tiros por mais de sete horas em vários pontos da região

A ocupação policial do Complexo do Alemão, que deixou mais de 40 mortos e dezenas de feridos nos meses de maio e junho, pode colocar o Brasil no banco dos réus perante um tribunal internacional. Formada pela articulação de 60 entidades de direitos humanos com apoio da Organização das Nações Unidas (ONU), a Relatoria Nacional de Educação prepara uma denúncia contra o governo após visitar, na semana passada, a região que concentra 13 favelas no Rio de Janeiro. O documento, elaborado junto com o Ministério Público fluminense, será enviado no prazo de 30 dias à Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). O país terá de explicar por que crianças, adolescentes e adultos do Complexo do Alemão tiveram o direito à educação violado durante a ocupação do morro.

"Verificamos que pelo menos seis escolas municipais ficaram fechadas durante os dois meses de conflito entre o narcotráfico e a polícia, atingindo diretamente cerca de 4.700 alunos", explica Denise Carreira, relatora nacional para o direito à educação e formalmente a autora da denúncia. Segundo Carreira, a visita de uma semana no Alemão, embora tensa, foi útil para verificar a penúria em que se encontram as escolas localizadas no conjunto de favelas. "Vimos que a situação se acirrou com a ocupação da Força Nacional (em maio), mas que já é ruim há muito tempo. É falta de professores, diminuição da jornada e crescimento do abandono escolar", lamenta.

O advogado Salomão Ximenes, que integrou a missão da relatoria no Complexo do Alemão, apontou a carência de professores como um dos principais problemas no sistema educacional da região. "Com um déficit de 5 mil a 6 mil profissionais na rede pública do estado, os educadores têm facilidade na hora de pedir lotação, e ninguém quer ir para o Alemão, devido à violência. Por outro lado, não existe mecanismo algum de incentivo para atrair os professores", critica.

Das três escolas visitadas, o Centro Integrado de Ensino Público (Ciep) Theóphilo de Souza Pinto, na favela Nova Brasília, chocou os integrantes da missão. "Com os atuais 70 professores, a instituição ainda tem um déficit de 90 a 100 profissionais", conta Ximenes. As turmas da primeira etapa do ensino fundamental, de 1ª a 4ª série, ficaram sem educadores até junho. Há classes do ensino médio, segundo o advogado, que não tiveram, este ano, uma aula sequer de matemática. "É uma situação de dano do direito à educação que precisa ser reparado", afirma o advogado. "Pior é que os problemas, por si só graves, são agudizados nos momentos de conflito."

Impedimento

A preocupação com os estragos que o confronto armado provoca no sistema educacional não é exagerada. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) chegou a divulgar um alerta sobre a situação das crianças que enfrentam transtornos para estudar por viverem em áreas de conflito. A nota comparava os estudantes do Complexo do Alemão com os da Faixa de Gaza e do Iraque. Para o organismo internacional, que designou um representante na missão da relatoria no Rio de Janeiro, a violência urbana no Brasil "impede que meninas e meninos freqüentem as escolas".

Os danos causados pela violência são ainda mais nocivos em lugares castigados pela miséria, como o Complexo do Alemão. A região exibe um nada honroso Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,587, mesmo nível dos países mais pobres da África. São 68 mil pessoas no conjunto de 13 favelas, pelas estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Alan Brum Pinheiro, coordenador do Instituto Raízes em Movimento, organização não-governamental que está dentro do Alemão há seis anos, contesta os números. "É um dado visivelmente equivocado. A estimativa local é quase o dobro, algo em torno de 120 mil pessoas. Basta olhar para essa imensidão de casas."

Para Brum, que ajudou a relatora a levantar os dados necessários para a formulação da denúncia, a iniciativa dos movimentos sociais de direitos humanos chega em boa hora. "No momento em que o governo sinaliza uma intervenção urbanística no Complexo do Alemão da ordem de R$ 600 milhões, o trabalho da relatoria pode ajudar a construir um canal de informação, de diálogo entre a comunidade e o poder público", afirma o cientista social que coordena ações do Instituto Raízes em Movimento na Serra da Misericórdia. Lá, existem outros dois complexos de favelas, da Penha e do Caricó, além do Alemão. Juntos, os três conglomerados reúnem mais de 30 comunidades.